



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA**  
**DO DIA 19-07-2022**

**Presidente**

-- Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

**Vice-Presidente**

-- Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

**Vereadores**

- Carlos Manuel Melo Pimentel
- José Eduardo Costa
- Emanuel Sousa Medeiros
- Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa
- Eunice Maria Pinheiro Sousa

**Secretário**

- Pedro Henrique Soares Correia



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA** **DO DIA 19-07-2022**

----- Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 10:0, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária Pública a Câmara Municipal, sob a presidência de Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos vereadores, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, Carlos Manuel de Melo Pimentel, José Eduardo Costa, Emanuel Sousa Medeiros, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa e Eunice Maria Pinheiro Sousa. Não esteve presente a vereadora Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, por se encontrar de férias. -----

----- Secretariou a reunião o Secretário da Vereação, Pedro Henrique Soares Correia. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respectivo edital, é a seguinte: -----

### **ÍNDICE**

#### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL**

(DL N.º 69/2022) - I. N.º 3370- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO-PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO UNOJOVENS DE PONTA GARÇA

#### **ÁREA SOCIAL**

(DL N.º 70/2022) - I. N.º 3440- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO -ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DO APOIO MUNICIPAL À HABITAÇÃO DEGRADADA

#### **DIVISÃO FINANCEIRA**

(DL N.º 71/2022)- I. N.º 3350 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

(DL N.º 72/2022)- I. N.º 3404 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO- 6.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO

#### **BALANCETE**



## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O vereador municipal Pedro Costa fez uso da palavra para abordar dois assuntos com o presidente da Câmara, estando o primeiro relacionado com queixas recebidas por parte dos moradores da Rua do Penedo e que se têm queixado de situações perigosas relacionadas com condutores que vêm conduzindo do lado da Avenida da Europa em direção ao estacionamento superior na Marina e, derivado do facto de não existir sinalização no chão na entrada do referido estacionamento, entram sem fazer qualquer tipo de paragem, tendo já ocorrido situações que constituíram um risco elevado de acidente rodoviário. Prosseguiu perguntando se não seria possível pintar a via, de modo que os condutores tenham mais cuidado, visto já se tornar uma situação recorrente. -----

O segundo assunto abordado pelo vereador Pedro Costa estava relacionado com a escadaria da Matriz de São Miguel Arcanjo e com o problema do excesso de baratas, ao que requereu que fosse realizada uma desbaratização na referida zona. Mais disse que era um problema recorrente, já tendo acontecido no ano anterior. -----

O presidente da Câmara fez uso da palavra para informar que registava as duas questões do vereador Pedro Costa. Mais disse que, em relação ao processo de desbaratização, a Câmara Municipal possui uma remessa com uma empresa especialista na área, pelo que esta já efetua desbaratizações. No entanto, referiu que ia requerer à empresa que procedessem à desbaratização com mais afinco. -----

A vice-presidente da Câmara fez uso da palavra para referir que já tinham contactado a *Pestkill* para proceder a uma desbaratização, estando aquele processo a decorrer e esperando que, até ao fim da semana, o processo estivesse concluído (Avenida Vasco da Silveira, Largo do Infante, Rua Teófilo Braga e do Jardim Antero de Quental até à Rotunda dos Frades). -----

O presidente da Câmara informou que era possível tentar atender aos dois pedidos do vereador Pedro Costa. -----

A vereadora Eunice Sousa fez uso da palavra para alertar para uma situação na zona da Senhora da Vida, nomeadamente no parque de estacionamento localizado no início da freguesia e onde foi demolido um muro cujo respetivo entulho continua no local. Prosseguiu questionando o presidente da Câmara sobre o motivo da demolição do muro e sobre para quando estava prevista a retificação do estado do parque de estacionamento, tendo em conta que não se encontrava seguro, bem como pelos lugares de estacionamento que eram agora em menor número, tal como os que restaram não possuíam as melhores condições de segurança para os moradores estacionarem os seus veículos. ---

O presidente da Câmara informou que houve uma cedência do terreno tendo em conta que, em cima deste, existe uma ravina e, antes que esta causasse o rompimento do muro, foi necessário proceder à remoção do mesmo, estando os técnicos agora a analisar qual a estabilidade da sedimentação que permanece na ravina (tendo em conta que passa ali perto uma ribeira), de modo a repor o muro mais dentro, possivelmente. Terminou referindo que aguardavam que a sedimentação da ravina se consolidasse de modo a decidir onde colocariam o futuro muro. -----

O vereador Pedro Costa fez uso da palavra para questionar sobre a possibilidade de eles (vereadores do PSD) realizarem uma visita às obras da Praia do Corpo Santo e do Mercado de Peixe. -----

O presidente da Câmara respondeu que tal não só era possível, como era desejável, pedindo que o informassem sobre a sua disponibilidade, de modo que todos pudessem estar presentes. -----



## ORDEM DO DIA

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

#### **(DL N.º 69/2022) - I. N.º 3370- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO-PROCOLO COM A ASSOCIAÇÃO UNOJOVENS DE PONTA GARÇA**

O presidente da Câmara informou que o próximo dia doze de agosto corresponderá ao Dia Internacional da Juventude, o que coincidirá com os restantes festejos da Festa de Nossa Senhora da Piedade, pelo que a Câmara Municipal convidou a Associação Unojovens para realizar, em conjunto, uma atividade dedicada à juventude. Mais disse que durante a tarde ocorrerá um colóquio e conferências, com participação da Direção Regional da Juventude, sendo que, durante a noite, decorrerá um espetáculo musical, pelo que o protocolo proposto se destina apoiar a Unojovens para a realização da referida atividade. -----

Pelo presidente da Câmara foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

*“Considerando que: -----*

*- Compete à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo apoiar iniciativas de promoção social e recreativa e cultural dos Vila-franquenses, com atenção especial para os jovens; -----*

*- A Associação Unojovens de Ponta Garça desenvolve um conjunto de atividades de âmbito associativo, de integração social e promoção cultural; -----*

*- É relevante o contributo desta Associação de jovens na comunidade onde se insere, bem como o número de jovens envolvidos nas suas atividades; -----*

*- A colaboração institucional entre as entidades públicas e privadas é uma forma eficaz de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos do concelho de Vila Franca do Campo. -----*

*Propõe-se que a autarquia celebre um Protocolo com a Associação Unojovens de Ponta Garça pelo valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) e que tem como objetivo apoiar as comemorações do Dia Mundial da Juventude, que se celebra no dia 12 de agosto do corrente ano”. -----*

Colocada a proposta de deliberação à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

### ÁREA SOCIAL

#### **(DL N.º 70/2022) - I. N.º 3440- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO -ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DO APOIO MUNICIPAL À HABITAÇÃO DEGRADADA**

O presidente da Câmara informou que, dos vários projetos que constavam da sua lista, existiam três que não tinham sido considerados, dois dos quais porque visavam a construção de anexos (o que não é previsto no Regulamento) e um por ter beneficiado daquele apoio há menos de três anos, sendo que o Regulamento explicita que o prazo mínimo são três anos para que alguém possa beneficiar de um novo apoio. Mais disse que todos os outros tinham um parecer favorável, pelo que o que era proposto era a aprovação daquelas candidaturas. -----

Pelo presidente da Câmara foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----



*“No âmbito do Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada, a equipa de trabalho, responsável pela apreciação das candidaturas ao AMRHD, devidamente acompanhados pelo Adjunto do Presidente da Câmara Municipal Sr. José Eduardo Costa, procederam à análise e enquadramento dos pedidos de apoios identificados, no quadro em anexo. -----*

*Em sequência, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, com o Pelouro da Habitação, propõe à Câmara Municipal, a atribuição dos respetivos apoios, por se enquadrarem nos objetivos e/ou cumprirem com os critérios de seleção estabelecidos no citado Regulamento Municipal. ----*

*O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, propõe ainda o indeferimento dos processos que não se enquadram no âmbito do Regulamento Municipal do Apoio Municipal à Habitação Degradada, conforme quadro em anexo”. -----*

*Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por unanimidade. -----*

## **DIVISÃO FINANCEIRA**

### **(DL N.º 71/2022)- I. N.º 3350 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL**

O presidente da Câmara fez uso da palavra e disse que, no geral, têm cumprido com as suas obrigações. Mais disse que, naquele mesmo dia, tinha tido uma conversa com “Lisboa” sobre a revisão do Programa de Apoio Municipal (PAM) tendo em vista a redução do IMI, sendo um processo negocial que se encontrava em curso e que esperava que, na futura reunião de setembro da Assembleia Municipal, estivesse finalizado. Reforçou que as contas estavam equilibradas pelo que se mantêm os *superavits* que tinham sido verificados, estando a Câmara Municipal a cumprir com todas as suas obrigações. -----

### **(DL N.º 72/2022)- I. N.º 3404 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO- 6.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO**

O presidente da Câmara informou que a 6.ª Alteração ao Orçamento visava várias aquisições que a Câmara ia realizar, nomeadamente um lote do Sr. António Damião no Aldeamento do Ilhéu, defronte dos Bombeiros, sendo que, em toda a volta do terreno circundante à própria estrada - tanto dos Bombeiros como da própria Estrada Regional - existia uma faixa de terreno considerável que era propriedade da Câmara. Prosseguiu dizendo que na primeira rua, defronte dos Bombeiros, inicia-se o loteamento do Sr. Damião, sendo que iriam adquirir o primeiro lote para lá construir um parque de estacionamento, tendo em conta que a disponibilidade de estacionamento é pouca em Vila Franca do Campo, em certas alturas e festividades. -----

O presidente da Câmara referiu que outra aquisição seria um armazém no Parque Industrial, bem como iam adquirir, também, uma viatura ligeira para os homens que fazem a manutenção da rede de águas, tendo em conta que a viatura existente tem aproximadamente trinta anos e já não está em condições. Prosseguiu dizendo que, relativamente à aquisição de um minibus, das várias tentativas que haviam feito para o adquirir, os noventa mil euros não eram suficientes. Mais disse que tinham visto propostas de minibus de vinte e oito lugares e, para tal, eram necessários mais trinta mil euros, pelo que o que era requerido era passar para cento e vinte mil euros. -----



O vereador municipal Emanuel Medeiros fez uso da palavra para referir que estavam de acordo relativamente à futura aquisição do lote no Aldeamento do Ilhéu. Quanto à aquisição do minibus referiu que inicialmente estavam previstos sessenta mil euros, estando agora previstos cento e vinte mil, pelo que questionou o presidente da Câmara se o futuro veículo seria do tipo elétrico, ao que o presidente da Câmara respondeu que não. O vereador Emanuel prosseguiu questionando o porquê do valor elevado, tendo em conta que seria um veículo de combustão a gasóleo. -----

O presidente da Câmara explicou que existia a alternativa de adquirirem um minibus relativamente pequeno, mas que posteriormente não poderia transportar uma equipa inteira de futebol, por exemplo, pelo que optaram por veículos com características próprias. Relativamente à possibilidade de ser um veículo elétrico, referiu que a intenção era que o futuro veículo nunca pare pelo que, se for do tipo elétrico, chegaria a uma altura em que teria de parar para recarregar. Mais disse que há uma escassez generalizada de componentes, mas que contataram duas marcas com as referidas características – a Iveco e a Mitsubishi – e cujas propostas possuíam valores na ordem dos cento e vinte mil euros. -----

O vereador municipal Emanuel Medeiros prosseguiu fazendo referência à futura aquisição do armazém que, inicialmente, tinha uma verba prevista de duzentos mil euros e que agora necessitava de um reforço de quatrocentos mil euros, tratando-se do mesmo armazém. Questionou o presidente da Câmara sobre qual era o armazém em questão ao que o presidente da Câmara respondeu que se tratava de um armazém que a Câmara Municipal tem arrendado por três mil e tal euros por mês e que iam agora adquirir por seiscentos mil euros, após realizada a avaliação técnica. -----

O vereador municipal Emanuel Medeiros fez uso da palavra para referir que estavam relativamente em desacordo com o presidente da Câmara, pois a Câmara Municipal já pagava, à Edigranitos, uma renda mensal de três mil e quinhentos euros – a qual também consideravam elevada – e questionando o porquê de agora pretenderem adquirir o armazém por seiscentos mil euros quando inicialmente estavam previstos duzentos mil euros. Prosseguiu questionando o porquê de o presidente da Câmara não ter procurado alternativas, como a construção de um armazém de raiz com a futura ampliação da zona industrial. Mais disse que consideravam aquele valor extremamente elevado, numa altura em que o presidente da Câmara tem apelado que sejam ponderados nos investimentos e nas despesas e tendo em conta que recentemente foi divulgado que a Câmara Municipal transitou de ano com cinco milhões de euros e ao qual eles propuseram que se amortizasse parte da dívida como forma de sinal de boa saúde financeira a quem financiou a autarquia, como têm apelado para a resolução de outras situações urgentes no concelho como, por exemplo, as vias municipais em mau estado do Aldeamento do Ilhéu, Parque Industrial, Água d'Alto e Ponta Garça - que tem um orçamento previsto no orçamento de duzentos a trezentos mil - quando aquelas vias têm uma necessidade urgente de intervenção, como também com os problemas relacionados com a sinalética do concelho (quer do trânsito, quer de informação) ou pela falta de informação turística nos monumentos. Repetiu que o presidente da Câmara tem referido que é necessário haver contenção, que a Câmara Municipal necessita de uma almofada financeira e que, de um momento para o outro, passavam de duzentos mil para seiscentos mil - um reforço que consideravam exagerado - para aquisição de um armazém, quando o presidente poderia continuar a manter o armazém com a modalidade de arrendamento atual ou construir um armazém de raiz, tendo os terrenos na sua posse. Prosseguiu questionando o presidente da Câmara sobre qual a base de avaliação que ditou o valor de seiscentos mil euros. -----

O presidente da Câmara fez uso da palavra e referiu que uma das dificuldades da Câmara Municipal



estava relacionada com as despesas correntes e, como podia ser observado nos documentos ali entregues, estas estavam constantemente a serem ultrapassadas, derivado dos serviços diários e dos compromissos assumidos. Mais disse que se tratava de uma das “brechas” que gostaria de deixar bem encaminhada, no sentido de conterem as despesas correntes ao nível do que é estritamente a obrigação da Câmara Municipal. Prosseguiu referindo que aquela renda de três mil e tal euros por mês era uma despesa corrente e que, no fim de cada ano, totalizava quarenta e tal mil euros de despesa corrente. Continuou referindo que a Câmara Municipal de facto possuiu alguma poupança, sendo que a sua estratégia é a de realizar investimentos duradouros no sentido de se diminuïrem as despesas correntes e de aumentar o património. O presidente continuou referindo que na intervenção anterior do senhor vereador Emanuel, a única parte que não correspondia à verdade era a referente aos terrenos do Parque Industrial quando ele dizia que eram propriedade da Câmara Municipal, o que não correspondia à verdade. Mais disse que os terrenos eram da Vigobloco e que a Câmara Municipal detinha dezoito por cento e a Vigobloco detinha oitenta e dois por cento. Em todo o caso, prosseguiu, informou que iriam adquirir lotes, já previstos na ampliação do Parque Industrial e relacionado com a intervenção necessária relativamente ao saneamento básico e à implantação da ETAR. Prosseguiu mencionando o facto de necessitarem, com consistência, de um armazém com aquelas características e convidou os vereadores a visitar o armazém em questão. Reforçou a necessidade de terem aquele armazém, pelo facto de muito material camarário ser lá armazenado (barracas, bares, bancadas, etc.), e não haver outro local para ser arrumado. Mais disse que foi feita uma avaliação pelo Eng.º que faz aquele tipo de avaliações para a Câmara Municipal quando esta deseja adquirir terrenos para casas, parques de estacionamento, etc., sendo que a avaliação deste apontou o valor de seiscentos mil euros. Prosseguiu referindo que a aquisição daquele armazém era um bom negócio e investimento para a Câmara Municipal enquanto esta tivesse poupanças. Prosseguiu questionando, retoricamente, se aquela compra iria reduzir o investimento nas obrigações que a Câmara tinha, ao que disse que a Câmara Municipal tem de realizar um sem número de ações e que gostaria de poder fazer mais, mas que já tinha dito que iriam alcatroar sempre, pelo menos alguma zona todos os anos, sendo que este ano têm a obrigação de alcatroar o fim de Ponta Garça, estando previsto parte do Aldeamento do Ilhéu em 2023, e uma intervenção em Água d’Alto em 2024, ou seja, todos os anos irão realizar investimentos/melhoramentos nas vias comunicacionais. Mais disse que não era possível realizar todas as intervenções de uma só vez e que era necessário, em simultâneo com aquelas obras, ir adquirindo património que é indispensável à atividade camarária, sendo que considerava a aquisição do armazém como sendo uma prioridade, quer porque necessitam dele, quer porque a renda constitui uma despesa corrente a ser evitada, como também se tratava de um bom negócio, na sua perspetiva. -----

O presidente da Câmara prosseguiu referindo que a aquisição e venda de imóveis era, também, uma responsabilidade do presidente da Câmara, até mil vezes o valor do salário mínimo e que, embora fosse competência sua, levava o assunto ali à reunião para que todos estivessem a par da atividade da Câmara, que é pública e notória, pelo que tinha sido uma decisão sua a de levar ali a parte do orçamento que era referente às aquisições planeadas para o corrente ano. Mais disse que a zona da escola Armando Côrtes-Rodrigues também necessitava de uma ampliação no seu estacionamento, sendo uma aquisição a ser realizada no presente ano pela Câmara Municipal, pois é notória a dificuldade existente na referida zona, pelo que o estacionamento necessita de ser ampliado. -----

O vereador Emanuel Medeiros fez uso da palavra e disse que não colocava em causa a necessidade do



armazém, tendo em conta todo o material que necessitava de lá ser armazenado. Referiu que o que estava em discussão era uma avaliação inicial de duzentos mil para um reforço de quatrocentos e dez mil passando para seiscentos mil (o triplo), sendo aquele valor o que estava em causa. Mais disse que o presidente havia afirmado que queria deixar de pagar renda para reduzir a despesa corrente, quando na verdade tinha sido o presidente da Câmara que aumentou a despesa corrente com os seus gabinetes (Serviço de Apoio ao Desporto, Coordenadora do Museu Municipal, Assessores, etc.), tendo-a aumentado drasticamente e situando-a, achava, nos dez mil euros mensais de despesa corrente criada recentemente. Mais disse que eram opções políticas e, pela primeira vez, iriam votar contra uma alteração orçamental, pelas razões anteriormente apresentadas. -----

O vereador municipal Pedro Costa fez uso da palavra e questionou se, tal como já havia sido dito anteriormente no que se referia à ampliação do Parque Industrial, o presidente da Câmara tinha mencionado que os lotes iriam ser vendidos pelo preço de custo, ou seja, que a Câmara não iria ganhar dinheiro com aqueles lotes. Prosseguiu questionando o presidente se tinha sido pedido algum orçamento para a construção, de raiz, de um armazém com aquelas mesmas dimensões. Mais disse que pertencia a uma instituição que tinha adquirido, recentemente, um armazém no Parque Industrial, de menores dimensões, pelo que compraram, remodelaram, colocaram um teto novo, para fazer uma permuta posterior, mas que os valores estavam bastante longe dos valores ali apresentados. Mais disse que tinha consciência que os valores atuais de construção eram diferentes, mas de qualquer forma estavam a falar de valores muito diferentes daqueles outros. Voltou a colocar a questão anterior, para que se pudesse fazer uma comparação entre o valor de aquisição e o valor de uma construção de raiz. -----

O presidente da Câmara referiu que a necessidade estava fundamentada e, o que fizeram, foi verificar qual o valor para a aquisição, sendo que foi pedido a um Avaliador que fizesse um parecer técnico, que referiu que o valor a comprar era de seiscentos mil euros. Mais disse que os duzentos mil anteriores foram para a abertura da rubrica, não correspondendo a uma avaliação, e que aquele armazém preenche todos os requisitos necessários para a Câmara Municipal. Mais disse que não pediram nenhum orçamento para a construção de um armazém novo, sendo que a futura ampliação do Parque Industrial teria vinte e tal lotes e onde iriam adquirir dois ou três destinados ao saneamento básico. Prosseguiu referindo que tem havido uma grande procura por parte de privados que lhes perguntam quando podem adquirir. Mais disse que já iam ficar com dois ou três, pelo que não iriam querer preencher mais lotes para igualar a capacidade do atual, tendo em conta que o armazém atual tem dimensões bastante significativas. Reforçou que a ideia é comprar o armazém atual porque é útil, estando a pagar uma renda apropriada para a dimensão. Segundo o avaliador foi apresentado o valor de seiscentos mil euros, foi proposta a aquisição, houve anuência dos compradores, pelo que iriam avançar com a aquisição. -----

O vereador Pedro Costa fez uso da palavra e questionou se um armazém daquela dimensão, construído de raiz, se fosse mais barato e, tendo em conta a procura referida, o proprietário do armazém poderia vender pelo valor apresentado pelo presidente, se o orçamento fosse abaixo do valor da aquisição. -----

O presidente referiu que o armazém preenchia de tal forma os requisitos, como o armazenamento dos bares e estruturas de apoio que circulam por todo o Município, como tem uma grua interna que auxilia bastante naqueles serviços, ou seja, é mesmo o que necessitam para a atividade camarária, pois só a ponte rolante tinha um preço muito significativo, para além de que teria de ser um armazém com uma estrutura capaz de aguentar uma daquelas pontes rolantes que pudesse suportar os equipamentos que a Câmara já dispõe. Mais disse que aquele era um armazém necessário, fundamentado e que o preço





resultava das leis do mercado e da avaliação realizada. Referiu que o processo tinha sido idêntico a outros anteriores, ou seja, decidiram comprar, fizeram uma avaliação, fizeram uma proposta e exemplificando com as aquisições atuais à volta das nascentes. Referiu que, por vezes, os compradores tentam receber mais dinheiro, ao que o presidente responde que a Câmara Municipal não é um negócio privado, dependendo exclusivamente de avaliações exatas. Se o comprador não aceitasse, seria um direito dele, pelo que a Câmara seguidamente seguiria para expropriação porque necessita daqueles terrenos, mas o valor não pode ser alterado, pois advém de uma avaliação realizada. Referiu que o processo para o estacionamento nas Hortas foi o mesmo, mas que entendia que não concordassem, achando apenas que eles poderiam ter pedido para retirar aquele ponto da alteração, visto que estavam em acordo em relação ao minibus. -----

O vereador Emanuel Medeiros referiu que aqueles valores estavam todos juntos no mesmo documento. --

O presidente referiu que a intenção deles era votar mais contra um assunto do que em relação a outro. ---

A Vice-presidente fez uso da palavra e propôs que fosse realizada uma visita ao respetivo armazém, como ela tinha feito recentemente, e onde constatou que de facto é muito útil, dada a maquinaria lá existente e pelo facto de os materiais lá existentes terem grande volume e peso, achando que seria pertinente que os vereadores municipais pudessem visitá-lo. -----

O vereador Pedro Costa referiu que já conhecia o armazém em questão. -----

O vereador Emanuel Medeiros disse que a questão ali não era uma visita ao armazém, mas sim os valores exagerados para aquele imóvel sem a Câmara Municipal ter estudado alternativas à aquisição, ainda mais com a justificação da redução das despesas correntes, quando o presidente aumentou as mesmas. Mais disse que aceitariam visitar o armazém. -----

O presidente da Câmara referiu que tenciona aumentar ainda mais as despesas com pessoal, pois acredita que uma Câmara Municipal para funcionar, necessita de pessoas competentes, capazes e que possam ajudar a Câmara nas suas várias atividades. Referiu que uma das reformulações do FAM que irão solicitar será o aumento das despesas com pessoal, pelo que há muitas pessoas capazes de dar o seu contributo. Mais disse que a despesa com pessoal da Câmara Municipal é a segunda mais baixa em termos nacionais, pelo que estão muito abaixo da média. -----

O vereador Pedro Costa referiu que conhecia o Barracão de Peixe antes das intervenções, desconhecendo as instalações atuais, tal como o Corpo Santo, cujo acesso está interdito, daí que pedem para visitar pois só conhecem o estado dos espaços anteriores. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com três votos contra do PSD).

## **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia 18 de julho de 2022 na importância de 4.624.437,20 € (quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete euros e vinte cêntimos). -----



## Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 10:40 , o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Pedro Henrique Soares Correia, Secretário da Vereação, mandei escrever e subscrevo. -----

----- Declaro ainda que a presente ata contém dez folhas. -----